

Inclusão e Educação

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)



Atena
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-029-2

DOI 10.22533/at.ed.292191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Tecnologia – Educação. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 25 capítulos do volume I, apresenta os novos conhecimentos científicos e tecnológicos para a área da saúde especial das modalidades da saúde intelectual e mental, num viés da genética e a visão da psicopedagogia sobre a educação especial, a transição das Políticas Públicas para a educação especial e as transformações sob análises a partir da realidade local.

A Educação por Inclusão engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas tecnológicas nas áreas do Ensino, Novas Tecnologias Específicas, Psicopedagogia, Psicanálise, Educação, Políticas Públicas Brasileiras das Institucionais e Regionais que visam o aumento benéfico e produtivo na qualidade do ensino e desenvolvimento do aluno especial. Além disso, a crescente demanda por conceitos e saberes que possibilitam um estudo de melhoria no processo de participação e aprendizagem à educação inclusiva aliada a necessidade de recursos específicos.

A junção de pesquisas e a modernização da tecnologia compõem um contexto de educação inclusiva nas diversas modalidades da inclusão.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume I é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem deficiência e dificuldade psicológica de aprendizagem na perspectiva das Institucionais Regionais do Brasil, mais precisamente, as participações das Políticas Públicas Brasileiras Educacionais. Trazendo artigos que abordam experiências do ensino e aprendizagem no âmbito escolar, desde as séries iniciais até prática de ensino em psicologia com idosos. Assim, aos componentes da esfera educacional que obtiveram sucessos apesar dos desafios encontrados; a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente especial.

Ademais, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores às práticas educacionais, às contribuições da genética e da psicanálise a quem ensina, aos alunos especiais na transição da escola regular sob um olhar da psicopedagogia e aos educadores que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA META 4	
<i>Maria do Carmo de Sousa Severo</i>	
<i>Érica Nazaré Arrais Pinto Pereira</i>	
<i>Joiran Medeiros da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915011	
CAPÍTULO 2	10
EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA E DA ANDRAGOGIA	
<i>Mônica Campos Santos Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915012	
CAPÍTULO 3	16
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: EXPANSÃO E CONTRADIÇÕES (2003 – 2014)	
<i>Cleiton Leite Barbosa</i>	
<i>Afrânio Vieira Ferreira</i>	
<i>Sandy Andreza de Araujo Lavor</i>	
<i>Jeanne D'arc de Oliveira Passos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915013	
CAPÍTULO 4	26
“PRECISAMOS SER COMO CAMALEÕES?”: EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA DE ENSINO EM PSICOLOGIA COM IDOSOS	
<i>Edivan Gonçalves da Silva Júnior</i>	
<i>Maria do Carmo Eulálio</i>	
<i>Almira Lins de Medeiros</i>	
<i>Elizabeth de Lourdes Bronzeado Krkoska</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915014	
CAPÍTULO 5	42
A APRENDIZAGEM EM QUESTÃO: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA E DA PSICANÁLISE A QUEM ENSINA	
<i>Juliana dos Santos Rocha</i>	
<i>Virgínia Dornelles Baum</i>	
<i>Marlene Rozek</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915015	
CAPÍTULO 6	57
A PERSPECTIVA INCLUSIVA PARA O FORTALECIMENTO DA RESSOCIALIZAÇÃO DE ASSISTIDOS DA CENTRAL DE ALTERNATIVAS PENAIAS DO CEARÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Dafna Maria da Silva Ricardo</i>	
<i>Débora Rocha Carvalho</i>	
<i>Aline Maria Barbosa Domício Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915016	

CAPÍTULO 7 66

APRENDIZAGEM E ESCOLARIZAÇÃO EM FOCO: UMA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA

Virginia Dornelles Baum
Juliana dos Santos Rocha
Marlene Rozek

DOI 10.22533/at.ed.2921915017

CAPÍTULO 8 81

AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS, VOLTADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO

Ana Cristina de Carvalho
Edicléa Mascarenhas Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.2921915018

CAPÍTULO 9 86

A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Iris Mara Guardatti Souza
Regina Cohen
Patrícia Lameirão Campos Carreira
Angélica Fonseca da Silva Dias
Rita de Cássia Oliveira Gomes
Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior
Mônica Pereira dos Santos
Jean-Christophe Houzel

DOI 10.22533/at.ed.2921915019

CAPÍTULO 10 97

DESAFIOS FORMATIVOS VIVENCIADOS E SUPERADOS PELOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA - PE PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Cicera Mirelle Florêncio da Silva
Maria Aline de Macedo Silva Mendes

DOI 10.22533/at.ed.29219150110

CAPÍTULO 11 107

ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE CALDAS NOVAS NOS ÚLTIMOS 13 ANOS

Jullyana Pimenta Borges Gonçalves
Rosângela Lopes Borges
Marcos Fernandes Sobrinho
Cinthia Maria Felício

DOI 10.22533/at.ed.29219150111

CAPÍTULO 12 120

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA CIDADE DE CRATO-CE: O USO EM CONTEXTO RELIGIOSO

Luiza Valdevino Lima
Francisco Edmar Cialdine Arruda
Martha Milene Fontenelle Carvalho
Ana Patricia Silveira
Daniela Valdevino Lima

DOI 10.22533/at.ed.29219150112

CAPÍTULO 13..... 131

O PAPEL DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (OBMEP) COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

Joselito Elias de Araújo
José Vinícius do Nascimento Silva
Pedro Eduardo Duarte Pereira
Flávia Aparecida Bezerra da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150113

CAPÍTULO 14..... 141

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MUDANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR: A QUESTÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PERNAMBUCANA

Lúcia de Fátima Farias da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150114

CAPÍTULO 15..... 150

UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA BAHIA

Julimar Santiago Rocha
Maria da Conceição Alves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.29219150115

CAPÍTULO 16..... 163

FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Débora Rocha Carvalho
Deldy Moura Pimentel
Terezinha Teixeira Joca
Marilene Calderaro Munguba

DOI 10.22533/at.ed.29219150116

CAPÍTULO 17 172

NAS TESSITURAS DA LEI 10.639/03: DIÁLOGOS ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL

Aparecida Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150117

CAPÍTULO 18..... 181

O DIREITO A EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA A PARTIR DO CONTEXTO DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE

Daniel de Souza Andrade
Andréia Alves de Oliveira
Edneide Nóbrega do Rêgo
Elânia Daniele Silva Araújo
Janaina Dantas dos Santos
Lidyane Gomes Mendonça da Silva
Maria José Elaine Costa Silva Pereira
Marlene Eneas da Silva Falcão
Sônia Maria de Lira
Verônica Remígio da Silva e Lima

DOI 10.22533/at.ed.29219150118

CAPÍTULO 19	191
O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ROTINA DO PROGRAMA FACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
<i>Maikson Damasceno Machado</i>	
<i>Kátia Cristina Novaes Leite</i>	
<i>Eliata Silva</i>	
<i>Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150119	
CAPÍTULO 20	202
UMA REFLEXÃO SOBRE A POLITICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NO BRASIL	
<i>Marília Piazzini Seno</i>	
<i>Simone Aparecida Capellini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150120	
CAPÍTULO 21	213
AFETIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO	
<i>Scheilla Conceição Rocha</i>	
<i>Cândida Luisa Pinto Cruz</i>	
<i>Rita de Cácia Santos Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150121	
CAPÍTULO 22	224
UMA HISTÓRIA DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DE UM ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA	
<i>Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo</i>	
<i>Edivânia Paula Gomes de Freitas</i>	
<i>Leandra da Silva Santos</i>	
<i>Kelli Faustino do Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150122	
CAPÍTULO 23	234
CIDADANIA E DIREITOS NO AMBIENTE ESCOLAR: FORMANDO CIDADÃOS, TRANSFORMANDO REALIDADES ATRAVÉS DO ESTUDO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	
<i>João Maria Cardoso e Andrade</i>	
<i>Joana Paula Costa Cardoso e Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150123	
CAPÍTULO 24	244
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICAS NO COTIDIANO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS	
<i>Clemilda dos Santos Sousa</i>	
<i>Fernanda Nunes de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150124	
CAPÍTULO 25	255
TRILHANDO OS CAMINHOS DA INCLUSÃO: A CRECHE COMO PRIMEIRO ESPAÇO	
<i>Sára Maria Pinheiro Peixoto</i>	
<i>Edileide Ribeiro Pimentel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150125	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	269

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA META 4

Maria do Carmo de Sousa Severo

(SUESP/SEEC)

Natal - RN

Érica Nazaré Arrais Pinto Pereira

(SUESP/SEEC)

Natal - RN

Joiran Medeiros da Silva

(SUESP/SEEC)

Natal - RN

RESUMO: O presente estudo tem como objetivos situar/analisar a organização da meta 4, estratégia 1, na composição do Plano Estadual de Educação (2015-2025) no Rio Grande do Norte. Contextualiza a Educação Especial no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. Situa o público alvo da Educação Especial a partir da política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva (2008) e da Resolução Estadual 02/2012 CEE/RN. Conforme Garcia e Michels (2011), mudanças significativas foram detectadas no curso das diretrizes nos anos finais da década (2008, 2009 e 2010) e cita a redefinição da compreensão acerca da população a ser atendida pela Educação Especial. O estudo proposto baseou-se numa perspectiva metodológica de caráter documental e bibliográfica. Desse modo, foram coletados alguns resultados de pesquisas realizadas acerca do processo de inclusão escolar na rede

pública no estado do RN e de dados no censo da Secretaria de Estado da Educação e Cultura-SEEC. No Plano Estadual de Educação (2015-2025) aprovado pela lei nº 10.049, de 27 de janeiro de 2016, a Educação Especial perpassa em várias dimensões/metasp/estratégias. Em nosso estudo, abordaremos a Dimensão 1: universalização, expansão e democratização do acesso à educação básica, enfocando a Meta 4 a partir da observação concomitante com o Plano Nacional de Educação, contemplando as especificidades do estado do Rio Grande do Norte.

PALAVRAS CHAVE: Plano Estadual de Educação. Educação Especial. Meta 4.

ABSTRACT: The present study aims to locate / analyze the organization of goal 4, strategy 1, in the composition of the State Education Plan (2015-2025) in Rio Grande do Norte. Contextualizes Special Education in Brazil from the Federal Constitution of 1988. It situates the target audience of Special Education based on the national policy of special education in the inclusive perspective (2008) and the State Resolution 02/2012 CEE / RN. According to Garcia and Michels (2011), significant changes were detected in the course of the guidelines in the final years of the decade (2008, 2009 and 2010) and cites the redefinition of the understanding about the population to be

attended by Special Education. The proposed study was based on a methodological perspective of documentary and bibliographic character. Thus, some research results were collected about the process of school inclusion in the public network in the state of the RN and data in the census of the State Secretariat of Education and Culture-SEEC. In the State Education Plan (2015-2025) approved by Law No. 10,049, of January 27, 2016, Special Education has several dimensions / goals / strategies. In our study, we will approach Dimension 1: universalization, expansion and democratization of access to basic education, focusing on Goal 4 from the concomitant observation with the National Education Plan, contemplating the specificities of the state of Rio Grande do Norte.

KEYWORDS: State Education Plan. Special education. Goal 4.

1 | INTRODUÇÃO

A Educação Especial no Brasil foi por longo tempo organizada de forma substitutiva ao ensino comum, assegurada por uma gama de serviços com recursos humanos e pedagógicos específicos para as pessoas com deficiências. Mudanças nos segmentos sociais, políticos, econômicos, morais e éticos, mobilizaram a universalização na educação, como um dos direitos sociais constitucionalmente estabelecidos para todos (CF. 1988), mediante a garantia do pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Art. 205). Estabelecendo a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (Art. 206, inciso I).

A década de 1990 demarcada pelo movimento político que assumiu a educação como direito de todos, assim corroborado em diversos aparatos jurídicos do país, como: ECA, Lei 8069/1990; LDB (9394/1996); Decreto nº 3.298/ 1999; Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001; Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, promulgada pelo Decreto 6.949/2009; Decretos 6.571/2008 e 7.611/2011; Resolução 04/2009, Resolução 04/2010, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), entre outros.

Nesse contexto, ganha força e evidencia o movimento mundial por uma Educação Inclusiva, constituída como paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos. Orientação política e filosófica que concebe a escola como espaço de todos e todas, reconhecendo as diferenças diante do processo educativo.

Nessa perspectiva, a Educação Especial é definida como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008). E a atuação deverá ser de forma complementar ou suplementar à escolarização, não sendo substitutiva. E integrada à proposta pedagógica da escola regular. (BRASIL,

2009, 2010).

Com esse enfoque, a política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva (2008) objetiva promover o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades (BRASIL, 2008) e transtornos funcionais específicos, de acordo com a Resolução nº 02/2012 CEE/RN, nas escolas comuns. E garantindo que a transversalidade da educação especial ocorra desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado, no contraturno; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

A partir de então, várias diretrizes foram encaminhadas norteando a organização geral e específica como: Resoluções, Decretos, Notas técnicas, etc. É notória a amplitude de ações que devem ser articuladas para que seja de fato concretizada a Política Nacional de Educação Especial (2008).

Conforme Garcia e Michels (2011) mudanças significativas foram detectadas no curso das diretrizes nos anos finais das décadas (2008, 2009 e 2010), cita a redefinição da compreensão acerca da população a ser atendida pela Educação Especial. Apesar de manter o termo alunos com necessidades educacionais especiais, delimitou o público: deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). E em relação à definição conceitual da educação especial como modalidade centrada na disponibilização de recursos e serviços. Outro aspecto salientado é a reiteração das diretrizes em relação à característica complementar e suplementar dos serviços evidenciando não ser esta modalidade substitutiva à escolarização. Característica que predominou por longo tempo na organização educacional para as pessoas com deficiência.

Mudanças políticas, pedagógicas e filosóficas na relação educacional-especial e regular são indispensáveis. Conforme Carvalho (2004) para efetivação da educação inclusiva é imperiosa a identificação e remoção das barreiras conceituais, atitudinais e político administrativas, cujas origens são múltiplas e complexas.

Constatação que pode ser vista no estudo de Silva (2016, p. 4) revelando as lacunas a serem preenchidas na implantação da política de inclusão escolar, como:

[...] a falta acessibilidade arquitetônica em alguns prédios, intérpretes em libras para alunos surdos, mobiliário e equipamentos adequados para as práticas pedagógicas junto aos alunos com deficiência visual e intelectual, ainda precisa-se avançar na acessibilidade comunicacional [...]

Os resultados acima retratam a realidade do país, considerando a amplitude e

particularidades de cada contexto. Isto porque, sabemos que as diretrizes políticas repercutem de forma diversa. No estado do Rio Grande, não é diferente, apesar de ter iniciado a implementação da política educacional integrativa e/ou inclusiva, logo nos primeiros anos da década de 1990, na rede escolar pública, ainda existem várias barreiras ao processo de inclusão escolar. Como reveladas por algumas pesquisas: Cavalcanti (2007); Vieira (2008); Melo (2010); Lira (2012); realizadas no contexto da rede escolar pública. Sob o viés dessa realidade foram constituídas as proposições para a meta 4. Apresentada no estudo mediante os objetivos de situar/analisar a organização da meta 4, estratégia 1 na composição do Plano Estadual de Educação (2015-2025).

2 | METODOLOGIA

O estudo proposto baseou-se numa perspectiva metodológica de caráter documental e bibliográfica. Segundo Costa & Costa (2011, p. 36) a pesquisa bibliográfica: “é aquela realizada em livros, revistas, jornais, etc. Ela é básica para qualquer tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma”. Conforme Gil (2002), a pesquisa documental embora siga os passos semelhantes ao da pesquisa bibliográfica, volta-se para exploração de documentos.

Portanto, foram coletados alguns resultados de pesquisas realizadas acerca do processo de inclusão escolar na rede pública no estado do Rio Grande do Norte. E de dados no censo da Secretaria de Estado da Educação e Cultura-SEEC.

3 | RESULTADOS/DISSCUSSÕES

A rede escolar do RN, quando da implantação da Política Nacional de Educação Especial (2008), já atendia na rede escolar pública ou privada estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e com transtornos funcionais específicos, nos diversos segmentos da Educação Básica. Assim, em 2013 quando estávamos elaborando o Plano Estadual de Educação, tinha o seguinte quadro de estudantes com as diversas necessidades especiais, conforme apresentado abaixo:

NECESSIDADES ESPECIAIS													
Asperger	Autismo	Baixa Visão	Cegueira	Def. auditiva	Def. Física	Def. mental	Múltipla	Psicose Infantil	Rett	Surdez	Surdocegueira	Superdotação	Total
48	121	526	72	348	765	3707	265	633	26	505	3	61	7080

Matrícula de Alunos por Necessidades Especiais na Rede Estadual do Rio Grande do Norte – Ano - 2013

Fonte: Inep/Seec/Atp/Gaee

São notórias as diferentes demandas dos estudantes acima apresentados e a necessidade dos serviços e recursos a serem disponibilizados, para de fato assegurar a materialização do processo de inclusão escolar, uma vez que se dá não apenas pelo acesso à escola, mas pela permanência, garantia da aprendizagem, participação e avanços aos níveis mais elevados de ensino que almejar o estudante.

Para apoiar o processo educacional dos referidos estudantes, a Educação Especial, pelo estado, disponibiliza(va) os serviços e programas: Atendimento Educacional Especializado, ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais. Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar, criado em 2010, contemplando em 2013 com 7 classes hospitalares. Ainda, o Serviço de Itinerância; Programa de Formação Continuada para professores dos serviços de apoios pedagógicos especializados e, em menor proporção, a formação de professores da sala de aula comum e gestores; os profissionais intérprete e instrutores de LIBRAS, por meio exclusivamente de projeto temporário, até início de 2016 e professores de apoio (os referidos profissionais: Libras- Ed. Especial intérprete/tradutor; Libras- Ed. Especial; Pedagogia - Ed. Especial, este último para atender a necessidade de professor de apoio, foram inseridos no quadro efetivo na rede estadual, pela primeira vez, por meio de concurso conforme o EDITAL N° 002/2015 – SEARH – SEEC/RN, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015).

Outras ações são realizadas com base na Matrícula Antecipada para pessoas com deficiência; seguindo com as atividades nos Centros de Atendimento Educacional e Formação de Profissionais (07) no estado, e (03) Núcleos, 01 para o atendimento educacional especializado para escolares em tratamento de saúde - NAEHD; 01 Núcleo para estudantes com altas habilidades/superdotação-NAAHS e 01 Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado-NAPES. Os respectivos espaços atuam com o atendimento aos estudantes; orientações/formação para os professores; orientação às famílias, produção de material, etc; com demanda distinta entre as instituições de acordo com a especificidade de atendimentos.

No Plano Estadual de Educação (2015-2025) aprovado na lei nº 10.049, de

27 de janeiro de 2016, a Educação Especial perpassa em várias dimensões/metastratégias. Porém, abordaremos nesse texto a DIMENSÃO 1: UNIVERSALIZAÇÃO, EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA, enfocando a Meta 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

No que se refere à organização da Meta 4 – PEE, em consonância com o Plano Nacional de Educação, apresentaremos algumas ressalvas. Primeiro, em se tratando da universalização da educação básica, constituída com a educação infantil, ensino fundamental e médio, e traz a oferta a partir dos quatro anos, como estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases-LDB 93/94/1996, Art. 58, § 3º “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”.

Segundo, o sistema educacional do estado tem perseverado para que a escolarização da pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou transtorno funcional específico ocorra na escola comum, já não existindo classe/escola especial no âmbito da rede pública. Fazendo-se necessário no momento de elaboração do PEE, no que se referia à Educação Especial, adequações no plano que contemplassem a realidade do estado, a ser explicitada na análise da estratégia 1. Porém, apresentaremos uma síntese a partir da estratégia 2, para dimensionarmos os desafios que estão postos.

Para assegurar o proposto na Dimensão 1, a Meta 4, está constituída com 14 estratégias que orientam os desafios a serem vencidos no sistema educacional do RN, que em síntese contemplam a construção e reestruturação de escolas públicas de Educação Básica conforme normas de acessibilidade; a garantia dos serviços de apoio pedagógico especializado; a viabilização de condições estruturais físicas, materiais e pedagógicas para assegurar o atendimento educacional especializado; a oferta de plenas condições de acessibilidade aos espaços escolares, nas diversas dimensões; a garantia em regime de colaboração com a União e os municípios, o atendimento educacional especializado às crianças com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, na **Educação Infantil** (grifo nosso).

Dentro das estratégias temos ainda, a contribuição com a busca ativa de pessoas com deficiência, beneficiárias do Programa do Benefício de Prestação Continuada (BPC) na escola; a realização anual da matrícula antecipada; Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais nas redes escolares estadual e municipais, criando

mecanismos próprios de orientação e de monitoramento do atendimento educacional especializado; assegurar a aplicabilidade das ações oriundas do programa Escola Acessível; orientar, monitorar a implementação do atendimento educacional hospitalar e domiciliar, em ações intersetoriais com instituições de saúde parceiras; promover articulação intersetorial entre instituições educacionais de saúde, de assistência e de direitos humanos; Implantar no quadro funcional do sistema estadual de ensino, no prazo de dois anos a partir da vigência deste Plano, os cargos de instrutores de intérpretes de Libras, guias intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, tradutor, revisor Braille e professor de apoio. Registramos um avanço histórico com a conquista de inserir no edital N° 001/2015, os profissionais dos serviços de apoios, alguns meses antes da LEI N° 10.049, DE 27 DE JANEIRO DE 2016, ser sancionada. Essa Lei trata da aprovação do Plano Estadual de Educação do RN (RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

As estratégias foram elaboradas a partir das demandas dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais - NEE, apresentado no quadro acima, associado às condições estruturais da rede escolar com diferentes necessidades para assegurar o direito de todos participarem e aprenderem, foram elencadas as estratégias, acima. É uma demanda consideravelmente ampla para análise que não serão esgotadas nesse estudo. Assim, faremos um recorte nos detendo na estratégia 1.

Para tal, foi posto em fórum e acatado a proposta condizente com a nossa realidade educacional, não como Meta, mas como estratégia inicial:

Estratégia 1: Universalizar, o acesso a Educação Básica para a pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação e Transtornos Funcionais Específicos, assegurando sua permanência e participação, com a garantia do sistema educacional inclusivo, e o atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino, em salas de recursos multifuncionais, centros públicos, instituições filantrópicas, confessionais e comunitária conveniadas com o poder público. (RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

Como podemos ver foi suprimida a delimitação de idade para assegurar o acesso das crianças à Educação Básica, com a proposição de assegurar a permanência e a participação destes no processo de escolarização. A Educação Especial do RN assume que deve ser favorecido esse direito antes dos quatro anos, para que seja possível realizar as intervenções/estimulações para o desenvolvimento da criança o mais cedo possível.

Conforme Batista:

A relação entre Educação Especial e educação infantil constitui um ponto de necessário investimento pela escassez de serviços e pela importância dos apoios em momento inicial da vida e da escolarização das crianças com deficiência. (2011, p 68).

De tal forma, serão mobilizados os serviços e recursos que fazem parte da

Educação Especial para apoiar a escola comum e buscando, quando necessário, articular e mobilizar parcerias para que seja possível atender as crianças, nos anos iniciais de vida.

Ainda na estratégia 1, é bastante esclarecedora no sentido de que o preferencialmente, se refere ao atendimento educacional especializado, como legislativamente estabelecido CF (1988) garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Assim, não deixando margem para ambiguidade, quanto ao direito à educação no âmbito da escola comum. Nessa perspectiva, a educação especial deixa claro o seu papel como apoio/suporte com recursos e serviços destinados às demandas de necessidades dos estudantes/professores e demais profissionais, e não substituindo a educação regular, mas somando a esta, para garantir o direito de todos os estudantes, conviver, participar e aprender com/nas diferenças.

4 | CONCLUSÕES

A educação especial no estado do Rio Grande do Norte, há mais de duas décadas persevera na implantação da filosofia inclusionista. Assim, a constituição do Plano Estadual de Educação se configurou na perspectiva de legitimar e dar continuidade à proposição política de tornar o sistema educacional inclusivo. Com alguns diferenciais em relação ao Plano Nacional de Educação, ao delimitar na estratégia 1, da meta 4, a atuação do serviço e recursos da área desde os anos iniciais da infância. Outro ponto é a extensão da atuação da área aos estudantes com transtornos funcionais específicos, e ainda, a clareza dos espaços para os atendimentos educacionais especializados, evitando ambiguidade de interpretações, não admitindo organização substitutiva da área. Todavia, as perspectivas são que a rede de apoio, com serviços/recursos/materiais e as várias dimensões de acessibilidade sejam ampliados, para que, de fato, venham a apoiar a todos os estudantes, segundo suas necessidades, assegurando a participação no processo educacional na escola comum.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados- Rev. bras. educ. espec. vol.17 no.spe1 Marília May/ Aug. 2011. <Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script.>> Acesso em 22/01/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-legais da Educação Especial na Perspectiva inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF:

MEC/SEESP, 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CAVALCANTI, Ana M. L. **A inclusão do aluno com deficiência mental no ensino médio: um estudo de caso. 2007**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIRA, Eleide G. T. T. de. **A coordenação pedagógica e o processo de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais: Um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. **O aluno com deficiência física na escola regular: condições de acesso e permanência**. Natal: EDUFRN, 2010.

SILVA, Linda C. S. da. **Políticas de inclusão para pessoas com deficiências na escola contemporânea: desafios e possibilidades**. In. 2º ENAPPE. UFRN, 2016.

MUNIZ, Hiltinar Silva. **O educando com síndrome de down: um estudo sobre a relação entre pais e profissionais na escola regular**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 02/2012 - CEE/RN**. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura /SECC Subcoordenadoria de Educação Especial/SUESP, Natal, 2012.

_____. **Plano Estadual de Educação Secretaria de Estado da Educação e da Cultura /SEEC**, Natal, 2016.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. **A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED**. Rev. bras. educ. espec. vol.17 no.s p e1 Marília May/Aug. 2011. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382011000400009> <Acesso em: 04/2016>.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VIEIRA, Francileide B. de A. **O aluno surdo em classe regular: concepções e práticas dos professores**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-029-2

